



CADASTRO TÉCNICO FEDERAL

de atividades potencialmente poluidoras ou
utilizadoras de recursos ambientais

Política Nacional do Meio Ambiente
Lei federal nº 6.938 de 1981

setembro/2021



CTF/APP

Política Nacional do Meio Ambiente
Lei federal nº 6.938 de 1981

setembro/2021



CTF/APP
CTF/AIDA

Política Nacional do Meio Ambiente
Lei federal nº 6.938 de 1981

setembro/2021



CTF/APP

CTF/AIDA: Atividades e instrumentos de defesa ambiental

Política Nacional do Meio Ambiente
Lei federal nº 6.938 de 1981

setembro/2021



CTF/APP

CTF/AIDA: Atividades e instrumentos
de defesa ambiental

Política Nacional do Meio Ambiente
Lei federal nº 6.938 de 1981

setembro/2021



O que é o CTF/APP?



Cadastro – ferramenta de identificação de pessoas, sejam físicas ou jurídicas

T

F



Cadastro – ferramenta de identificação de pessoas, sejam físicas ou jurídicas

Técnico – porque usa conceitos e definições técnicas, oriundas de normas, e não o senso comum.

F



Cadastro – ferramenta de identificação de pessoas, sejam físicas ou jurídicas

Técnico – porque usa conceitos e definições técnicas, oriundas de normas, e não o senso comum.

Federal – baseado em normas federais ou de abrangência nacional



Para quem o CTF identifica pessoas?



Para quem o CTF identifica pessoas?

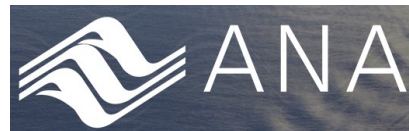
Para os entes integrantes do SISNAMA, como subsídio à sua atuação de controle e fiscalização



Órgãos estaduais
de meio ambiente



Secretarias Estaduais/
Municipais de Meio Ambiente





Que pessoas precisam ser identificadas?



Que pessoas precisam ser identificadas?

- potencialmente poluidoras
- consumidoras recursos ambientais



Legislação relacionada ao CTF

1981 – Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) – Lei federal nº 6.938

1989 - a Lei federal 7.804 altera a PNMA e institui os dois Cadastros (APP e AIDA)

2000 - a Lei federal 10.165 altera a PNMA e institui a TCFA, Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental.



Legislação relacionada ao CTF

Instrução normativa IBAMA nº 13 de 2021,
que regulamenta diversos aspectos do CTF/APP



Legislação relacionada ao CTF

Instrução normativa IBAMA nº 13 de 2021,
que regulamenta diversos aspectos do CTF/APP

Consolidação de normativas,
em atendimento ao Decreto nº
10.139/2019.



Legislação relacionada ao CTF

Instrução normativa IBAMA nº 13 de 2021, que regulamenta diversos aspectos do CTF/APP

Consolidação de normativas,
em atendimento ao Decreto nº
10.139/2019.

IN nº 6
de 15 de março de 2013
IN nº 11
de 13 de abril de 2018
IN nº 17
de 28 de junho de 2018
IN nº 9
de 20 de março de 2020



Legislação relacionada ao CTF

Instrução normativa IBAMA nº 6 de 2014, que dispõe sobre os Relatórios Anuais de Atividades Potencialmente Poluidoras (RAPP)

Ainda vigente, mas passará por consolidação, em atendimento ao Decreto 10.139/2019.

OBS – Relatórios anuais: § 1º do artigo 17-C da Política Nacional de Meio Ambiente.



Legislação relacionada ao CTF

Instrução normativa IBAMA nº 11 de 2018, que alterou a IN nº 6 de 2013

Instrução normativa IBAMA nº 12 de 2018, que instituiu o Regulamento do Enquadramento de Atividades no CTF/APP



Legislação relacionada ao CTF

~~Instrução normativa IBAMA nº 11 de 2018, que alterou a IN nº 6 de 2013~~

(Revogada pela IN nº 13 de 2021)

Instrução normativa IBAMA nº 12 de 2018, que instituiu o Regulamento do Enquadramento de Atividades no CTF/APP

(ainda vigente, mas passará por consolidação, em atendimento ao Decreto 10.139/2019)



Legislação relacionada ao CTF

IBAMA

As pessoas físicas e jurídicas que exerçam atividades sob controle ambiental, de 15 de março de 2013 (e alterações).

1. Ainda não se inscreveu?

- 1.1. Enquadramento
- 1.2. Obrigação de inscrição
- 1.3. Formulários de inscrição

2. Já se inscreveu?

- 2.1. Enquadramento
- 2.2. Alteração de dados do Cadastro

3. Publicações do CTF/APP

- 3.1. Painel de informações do CTF/APP
- 3.2. Boletins de auditagens
- 3.3. Orientações técnicas normativas

4. Acordos de Cooperação Técnica (ACTs)

5. Relatório Anual de Atividades (RAPP)

6. Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental (TCFA)

7. Legislação

8. Contato

Publicação das Orientações Técnico Normativas!!

Website do CTF/APP > Sobre o CTF/APP > Item 3.3

setembro/2021



O CTF é um cadastro unificado.

Ele também inclui as app's identificadas em normativas posteriores à PNMA, como por exemplo, em Resoluções CONAMA.



FICHAS TÉCNICAS DE ENQUADRAMENTO

Instituídas pela IN IBAMA nº 12 de 2018

Cada app tem uma FTE, que define, detalha e delimita os entendimentos sobre seu escopo e abrangência.



Ministério do Meio Ambiente

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais – CTF/APP

FICHA TÉCNICA DE ENQUADRAMENTO

Código:	3 – 9	Descrição:	Fabricação de estruturas metálicas com ou sem tratamento de superfície, inclusive galvanoplastia			
Versão FTE:	1.0	Data:	29/06/2018			
PP/GU:	Alto	Tipo de pessoa:	Pessoa jurídica:	Sim	Pessoa física:	Não

A descrição compreende:

- a fabricação de andaimes tubulares;
- a fabricação de edificações pré-fabricadas de metal;
- a fabricação de elementos modulares para exposições;
- a fabricação de estruturas metálicas;
- a montagem de estruturas metálicas, quando executada pela unidade fabricante;
- a fabricação de andaimes tubulares;
- a fabricação de armações metálicas para a construção civil;
- a fabricação de caldeiras geradoras de vapor para aquecimento central;
- a fabricação de caldeiras geradoras de vapor para usos diversos;
- a fabricação de cilindros para extintores de incêndio e semelhantes;
- a fabricação de economizadores, cilindros coletores e outros equipamentos auxiliares para utilização com geradores de vapor;
- a fabricação de edificações pré fabricadas de metal;
- a fabricação de elementos modulares para exposições;
- a fabricação de estruturas metálicas para edifícios, galpões, silos, pontes, viadutos e outras construções semelhantes;
- a fabricação de estruturas metálicas para torres de transmissão de energia elétrica, para antenas transmissoras de comunicação e para extração de petróleo, etc.;



Termo de obrigação

É obrigada à inscrição no CTF/APP, declarando a atividade 3 – 9, a pessoa jurídica que exerça atividade, em caráter permanente ou eventual, ou constitua empreendimento, conforme descrições no campo acima.

A descrição não compreende:

(Para descrições com código em parênteses, consulte as respectivas FTE.)

- a fabricação de artefatos diversos de serralheria e caldeiraria leve (3 – 10);
- os serviços industriais de corte e dobra de metais (3 – 10);
- a fabricação de esquadrias de metal (portões, marcos e batentes, grades, portas metálicas onduladas, portas corta-fogo, etc.) (3 – 10);
- a fabricação de caldeiras geradoras de vapor e de máquinas a vapor para embarcações, com ou sem caldeira (4 – 1);
- a fabricação de caldeiras geradoras de vapor para locomotivas (4 – 1);
- a fabricação de contêineres (6 – 1);
- a construção de estruturas flutuantes (desembarcadouros, diques, pontões, boias, etc.) (6 – 3);
- a construção de plataformas de perfuração de petróleo (6 – 3);
- a fabricação de balsas infláveis e depósitos flutuantes (6 – 3);
- o tratamento de resíduos sólidos industriais (17 – 59);
- o tratamento de efluentes industriais fora do estabelecimento industrial gerador de efluentes (17 – 59);
- o tratamento de lodo gerado em equipamentos e instalações de controle de poluição (17 – 59);
- o Depósito Fechado – DF para estocagem de produto perigoso que seja matéria-prima ou insumo de produção industrial (18 – 5);
- o Depósito Fechado – DF para estocagem de produto perigoso resultante de produção industrial (18 – 5);
- o depósito de armazenador de resíduos perigosos (18 – 80);
- o depósito de resíduos perigosos para estocagem em fluxo de logística reversa (18 – 80);
- o serviço de corte e dobra de metais associado ao comércio.



Termo de desobrigação

Não é obrigada à inscrição no CTF/APP, em razão da atividade Cód. 3 – 9, a pessoa jurídica que exerça atividade ou constitua empreendimento, conforme descrições no campo acima.

Definições e linhas de corte:		
-		
Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE		
Agrupamento:	Código:	Descrição:
Subclasse	2511-0/00	Fabricação de estruturas metálicas
Subclasse	2599-3/01	Serviço de confecção de armações metálicas para a construção
Subclasse	2513-6/00	Fabricação de obras de caldeiraria pesada
Subclasse	2521-7/00	Fabricação de tanques, reservatórios metálicos e caldeiras para aquecimento central
Subclasse	2522-5/00	Fabricação de caldeiras geradoras de vapor, exceto para aquecimento central e para veículos
A obrigação de inscrição, no CTF/APP, não se vincula à Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE, que pode ser utilizada como referência de enquadramento.		
Outras atividades do CTF/APP, Cadastros do Ibama e Relatório Anual de Atividades		
CTF/APP:	consulte a relação de FTE.	
CNORP:	sim.	
CTF/AIDA:	sim.	
RAPP:	sim.	

Observações:

-

Referências normativas:

1	Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 (e alterações): art. 9º, XII; art. 17, II; Anexo VIII;
2	Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010 : referente à Política Nacional de Resíduos Sólidos e ao Cadastro Nacional de Operadores de Resíduos Perigosos – CNORP;
3	Resolução CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 : referente à prevenção e ao controle de poluição da atividade <i>Fabricação de estruturas metálicas com ou sem tratamento de superfície, inclusive galvanoplastia</i> , por meio de licenciamento ambiental;
4	Instrução Normativa Ibama nº 13, de 18 de dezembro de 2012 : referente à Lista Brasileira de Resíduos Sólidos;
5	Instrução Normativa Ibama nº 1, de 25 de janeiro de 2013 : referente ao Cadastro Nacional de Operadores de Resíduos Perigosos – CNORP;
6	Instrução Normativa Ibama nº 6, de 15 de março de 2013 (e alterações): referente ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais – CTF/APP;
7	Instrução Normativa Ibama nº 10, de 27 de maio de 2013 : referente ao Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental – CTF/AIDA;
8	Instrução Normativa Ibama nº 6, de 24 de março de 2014 (e alterações): referente ao Relatório Anual de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais – RAPP;
9	Instrução Normativa Ibama nº 12, de 13 de abril de 2018 : referente ao Regulamento de Enquadramento de pessoas físicas e jurídicas no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais – RE-CTF/APP;
10	ABNT NBR 12235:1992 : Armazenamento de resíduos sólidos perigosos – Procedimento.



FTE 19-1 Turismo



Ministério do Meio Ambiente

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais – CTF/APP

FICHA TÉCNICA DE ENQUADRAMENTO

Código:	19 – 1	Descrição:	Complexos turísticos e de lazer, inclusive parques temáticos			
Versão FTE:	1.0	Data:	29/06/2018			
PP/GU:	Pequeno	Tipo de pessoa:	Pessoa jurídica:	Sim	Pessoa física:	Não

A descrição compreende:

- o resort;
- o hotel fazenda;
- o hotel histórico;
- o parque temático;
- o parque temático aquático;
- o parque de fontes de águas termais ou minerais em estância hidromineral.

É obrigada à inscrição no CTF/APP, declarando a atividade cód. 19 – 1, a pessoa jurídica que exerça atividade, em caráter permanente ou eventual, ou constitua empreendimento, conforme descrições no campo acima.

A descrição não compreende:

(Para descrições com código em parênteses, consulte as respectivas FTE.)

- a instalação portuária de turismo com estocagem de combustíveis para abastecimento de embarcações (18 - 3);
- a instalação portuária de turismo de apoio;
- a instalação portuária de turismo de trânsito;
- a embarcação de turismo fluvial;
- a embarcação de turismo marítimo;
- o acampamento turístico;
- o centro de convenções;
- o centro comercial e de lazer;
- o meio de hospedagem classificado como hotel, exceto hotel fazenda e hotel histórico;
- o meio de hospedagem classificado pousada ou *flat/apart-hotel*.

Não é obrigada à inscrição no CTF/APP, em razão da atividade cód. 19 - 1, a pessoa jurídica que exerça atividade ou constitua empreendimento, conforme descrições no campo acima.

Definições e linhas de corte:

- considera-se **complexo turístico e de lazer** o conjunto de instalações contíguas e de serviços coordenados para o exercício de atividades turísticas e de lazer, incluindo ou não meio de hospedagem;
- considera-se **resort** o complexo turístico que se caracteriza por hotel com infraestrutura de lazer e entretenimento que disponha de serviços de estética, atividades físicas, recreação e convívio com a natureza no próprio empreendimento;
- considera-se **hotel fazenda**: o complexo turístico que se caracteriza pela localização de hotel em ambiente rural, dotado de exploração agropecuária, que ofereça entretenimento e vivência do campo;
- considera-se **hotel histórico**: o complexo turístico que se caracteriza pela instalação de hotel em edificação preservada em sua forma original ou restaurada, ou ainda que tenha sido palco de fatos histórico-culturais de importância reconhecida;
- considera-se **parque temático** o empreendimento implantado em local fixo e de forma permanente, ambientado tematicamente, que tenha por objeto social a prestação de serviços considerados de interesse turístico pelo Ministério do Turismo e área mínima de 60.001 m²;
- considera-se **parque temático aquático** o empreendimento implantado em local fixo e de forma permanente, ambientado tematicamente, que tenha por



- objeto social a prestação de serviços considerados de interesse turístico pelo Ministério do Turismo e área mínima de 2.000 m²;
- considera-se **parque de fontes de águas termais ou minerais em estância hidromineral** o parque temático aquático que utilize fontes de águas termais ou minerais em estância hidromineral;
 - considera-se **estância hidromineral** a localidade assim reconhecida por lei estadual e que disponha de fontes de águas termais ou minerais naturais;
 - considera-se **instalação portuária de turismo – IPTur**: a instalação portuária explorada mediante arrendamento ou autorização e utilizada em embarque, desembarque e trânsito de passageiros, tripulantes e bagagens, e de insumos para o provimento e abastecimento de embarcações de turismo;
 - considera-se **instalação portuária de turismo de apoio – IPTur Apoio** aquela que realiza embarque, desembarque e trânsito de passageiros e tripulantes diretamente em embarcações de transporte com destino ou origem em embarcação de turismo fundeada ao largo da instalação portuária;
 - considera-se **instalação portuária de turismo de trânsito – IPTur Trânsito** aquela que realiza apenas trânsito de passageiros e tripulantes diretamente em embarcações de turismo;
 - considera-se **embarcação de turismo** a construção inscrita na autoridade marítima, apta ao transporte de pessoas, que possua como finalidade a oferta de serviços turísticos, e os navios estrangeiros que operem mediante fretamento por agência de turismo brasileira ou por armadores estrangeiros com empresa cadastrada no Ministério do Turismo;
 - considera-se **hotel**: o estabelecimento com serviço de recepção, alojamento temporário, com ou sem alimentação, ofertados em unidades individuais e de uso exclusivo dos hóspedes, mediante cobrança de diária;
 - considera-se **pousada**: o empreendimento de característica horizontal, composto de no máximo 30 unidades habitacionais e 90 leitos, com serviços de recepção, alimentação e alojamento temporário, podendo ser em um prédio único com até três pavimentos, ou contar com chalés ou bangalôs;
 - considera-se **flat/apart-hotel**: o hotel constituído por unidades habitacionais que disponham de dormitório, banheiro, sala e cozinha equipada, em edifício com administração e comercialização integradas, que possua serviço de recepção, limpeza e arrumação.

Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE

Agrupamento:	Código:	Descrição:
Atividade	9321-2	Exploração de parque temático

A obrigação de inscrição, no CTF/APP, não se vincula à Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE, que pode ser utilizada como referência de enquadramento.

Outras atividades do CTF/APP, Cadastros do Ibama e Relatório Anual de Atividades	
CTF/APP:	consulte a relação de FTE.
CNORP:	na hipótese de operação com resíduos perigosos.
CTF/AIDA:	na hipótese de exigência de plano de gerenciamento de resíduos, para identificar o respectivo responsável técnico.
RAPP:	sim.
A declaração de atividades, no CTF/APP, que sejam constantes do objeto social da empresa ou da inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ não desobriga a pessoa jurídica de declarar outras atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais que sejam exercidas pela empresa.	
Observações:	
-	
Referências normativas:	
1	Decreto-Lei nº 7.841, de 8 de agosto de 1945 : referente ao Código de Águas Minerais;
2	Lei nº 2.661, de 3 de dezembro de 1955 : referente à caracterização e regulamentação de estâncias hidrominerais;
3	Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 (e alterações): art. 9º, XII; art. 17, II; Anexo VIII;
4	Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006 : referente à utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica;
5	Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008 : arts. 5º, VIII, e 21: referente aos prestadores de serviços turísticos no âmbito da Política Nacional de Turismo e da prática de turismo sustentável nas áreas naturais, promovendo a atividade como veículo de educação e interpretação ambiental e incentivando a adoção de condutas e práticas de mínimo impacto compatíveis com a conservação do meio ambiente natural;
6	Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012 (e alterações): referente às normas gerais sobre a proteção da vegetação, áreas de Preservação Permanente e as áreas de Reserva Legal;
7	Decreto nº 7.381, de 2 de dezembro de 2010 : referente à regulamentação da Política Nacional de Turismo;
8	Resolução CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 : referente à prevenção e ao controle de poluição da atividade <i>Complexos turísticos e de lazer, inclusive parques temáticos, por meio de licenciamento ambiental</i> ;
9	Resolução CONAMA nº 357, de 17 de março de 2005 (e complementações): referente às condições e padrões de qualidade de água e tolerância de óleos e graxas conforme classificação de corpos de água;

9	Resolução CONAMA nº 357, de 17 de março de 2005 (e complementações): referente às condições e padrões de qualidade de água e tolerância de óleos e graxas conforme classificação de corpos de água;
10	Resolução CONAMA nº 396 de 03 de abril de 2008 : referente à classificação e controle da qualidade de águas subterrâneas;
11	Resolução CONAMA nº 428, de 17 de dezembro de 2010 (e alterações): referente à autorização de licenciamento ambiental pelos órgãos responsáveis por Unidades de Conservação;
12	Portaria MMA nº 55, de 17 de fevereiro de 2014 : referente aos procedimentos entre o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA relacionados à Resolução nº 428, de 17 de dezembro de 2010, do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, no âmbito do licenciamento ambiental federal;
13	Instrução Normativa Ibama nº 6, de 15 de março de 2013 (e alterações): referente ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF/APP;
14	Instrução Normativa Ibama nº 6, de 24 de março de 2014 (e alterações): referente ao Relatório Anual de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais - RAPP;
15	Instrução Normativa ICMBio nº 7, de 5 de novembro de 2014 : referente aos procedimentos do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade nos processos de licenciamento ambiental;
16	Instrução Normativa Ibama nº 12, de 13 de abril de 2018 : referente ao Regulamento de Enquadramento de pessoas físicas e jurídicas no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais - RE-CTF/APP;
17	Portaria MT nº 100, de 16 de junho de 2011 : referente ao Sistema Brasileiro de Classificação de Meios de Hospedagem - SBClass.



O que o CTF não é?

O CTF não deve ser confundido com uma ferramenta de controle da atividade potencialmente poluidora.



Devo ou não estar enquadrado no CTF?



Devo ou não estar enquadrado no CTF?

Pesquise sua atividade licenciada nas Fichas Técnicas de Enquadramento



Pesquisei nas FTE's e descobri
que minha atividade é de
enquadramento obrigatório.

No entanto, ainda não tenho cadastro.

Como me regularizo?



Cadastre-se, declarando três tipos de dados:

- 1 - Dados básicos – responsável legal (CPF), endereço, contatos e coordenadas geográficas
- 2 - Atividade potencialmente poluidora
- 3 - Porte econômico (conforme a Lei federal 10.165)



- 1 – Uma vez cadastrado, entregue suas obrigações legais periódicas e emita seu Certificado de Regularidade.
- 2 – Mantenha-se regularizado emitindo seu novo CR trimestralmente.

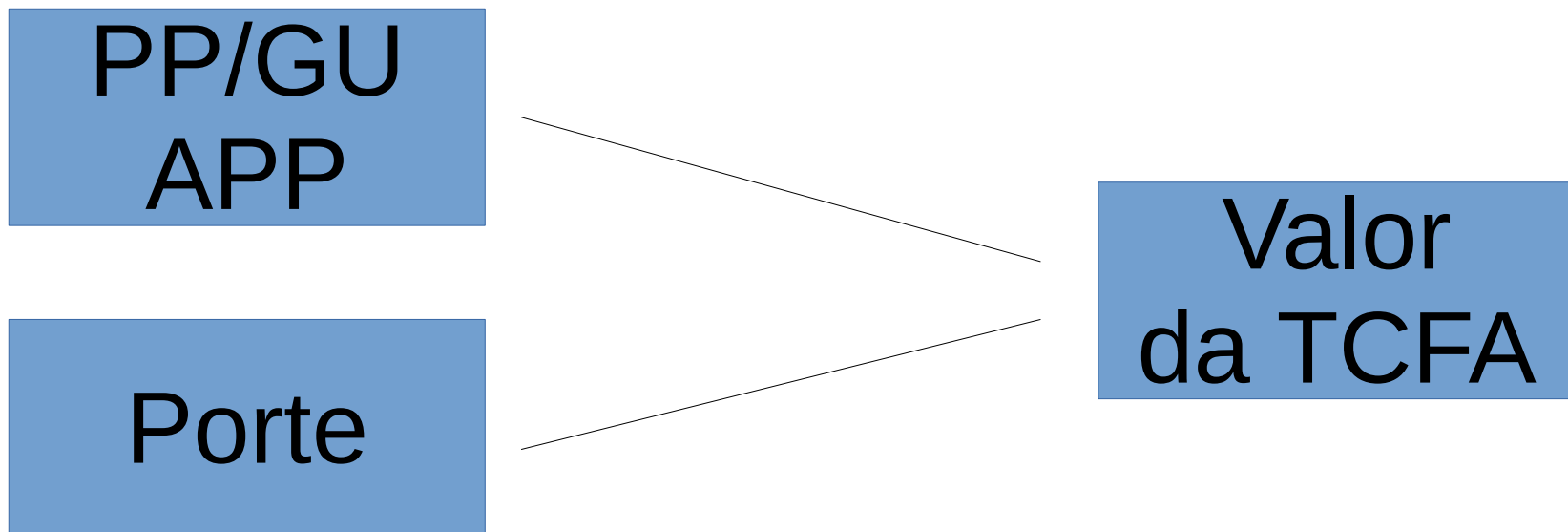


Verifique se existem pendências em seu cadastro.

- Tente emitir seu Certificado de Regularidade. O sistema listará as pendências existentes.
- Elimine as pendências, e tente novamente emitir seu CR.
- Se não houver nenhuma pendência restante, o seu CR será emitido, garantindo sua regularidade.



E quanto à Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental TCFA?





TCFA

ANEXO IX

VALORES, EM REAIS, DEVIDOS A TÍTULOS DE TCFA POR ESTABELECIMENTO POR TRIMESTRE

Potencial de Poluição, Grau de utilização de Recursos Naturais	Pessoa Física	Microempresa	Empresa de Pequeno Porte	Empresa de Médio Porte	Empresa de Grande Porte
Pequeno	-	-	112,50	225,00	450,00
Médio	-	-	180,00	360,00	900,00
Alto	-	50,00	225,00	450,00	2.250,00

Anexo IX da Lei federal nº 10.165 de 2000 http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6938.htm#anexoix



TCFA corrigida em 2015

ANEXO II

VALORES POR TRIMESTRE, EM REAIS, DEVIDOS A TÍTULO DE TCFA POR ESTABELECIMENTO

Potencial de Poluição, Grau de utilização de Recursos Naturais	Pessoa Física	Microempresa	Empresa de Pequeno Porte	Empresa de Médio Porte	Empresa de Grande Porte
Pequeno	-	-	289,84	579,67	1.159,35
Médio	-	-	463,74	927,48	2.318,69
Alto	-	128,8	579,67	1.159,35	5.796,73

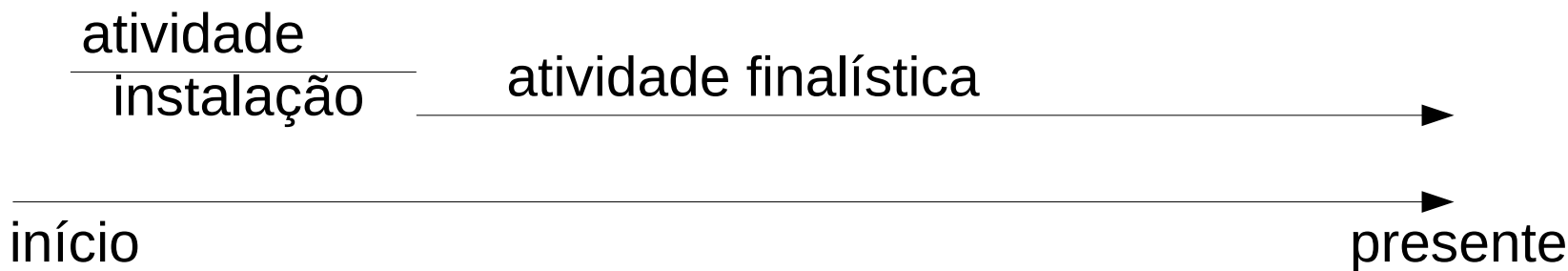
Portaria Interministerial nº 812, Diário Oficial da União, 30 de setembro de 2015

<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=30/09/2015&jornal=1&pagina=19&totalArquivos=224>

setembro/2021



A linha do tempo é um aspecto importante do CTF.



Licença de Instalação:

- Houve supressão de vegetação?
- Houve uso comercial da madeira gerada?
- Que app declarar?

Licença de Operação:

- Houve encerramento da declaração da app de supressão de vegetação?
- Que nova app declarar?



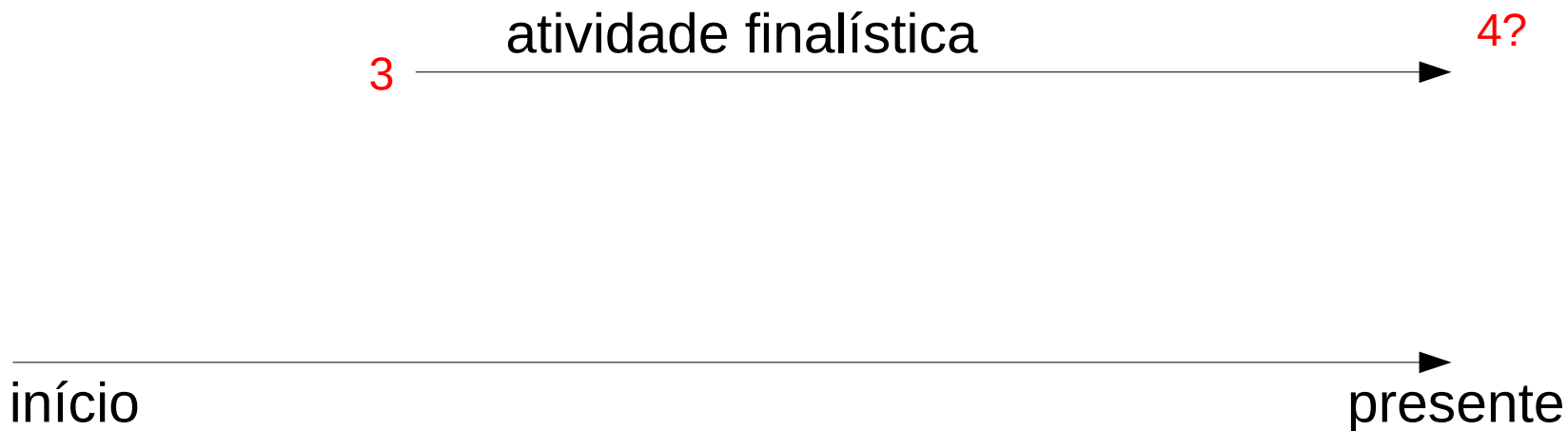
A linha do tempo é um aspecto importante do CTF.

1 atividade 2
instalação





A linha do tempo é um aspecto importante do CTF.





CONCLUSÕES

Mantenha seu cadastro atualizado e regularizado



CONCLUSÕES

Mantenha seu cadastro atualizado e regularizado

Se sua app for passível de TCFA, pague a taxa em dia,
para evitar juros e cobranças judiciais



CONCLUSÕES

Mantenha seu cadastro atualizado e regularizado

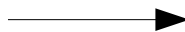
Se sua app for passível de TCFA, pague a taxa em dia,
para evitar juros e cobranças judiciais

Pague somente a TCFA realmente devida, através de um
enquadramento correto, e com declarações de datas
precisas



Endereços dos sistemas do IBAMA e navegadores web homologados

Plataforma de Serviços
<https://servicos.ibama.gov.br>



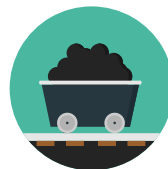
Website institucional
<https://www.gov.br/ibama/pt-br>



Qualquer
navegador

Anexo I
IN nº 6 de 2013
IN nº 13 de 2021

188 atividades
potencialmente
poluidoras



Extração

Grupo 1 do
Anexo: 6 app's



Fabricação

Grupos 2 a 16: 82 app's



Logística

Grupo 18: 19 app's



**Tratamento de
poluição**

Grupo 17:
15 app's



**Uso de
recursos
ambientais**

Grupo 20:
14 app's

**Complexos
turísticos:**

Grupo 19:
1 app



Anexo I
~~IN nº 6 de 2013~~
IN nº 13 de 2021

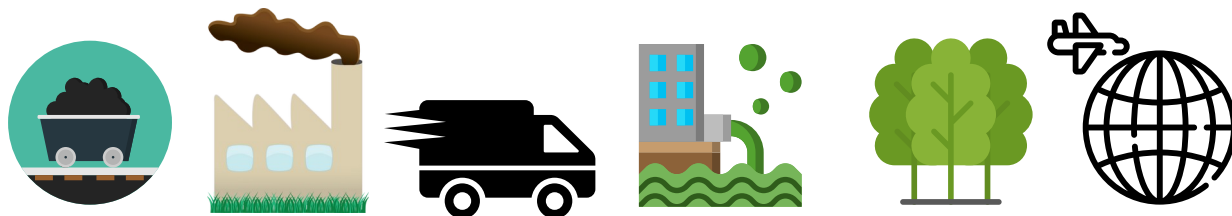
Pagam TCFA e entregam RAPP's



Anexo I
~~IN nº 6 de 2013~~
IN nº 13 de 2021

Grupos 1 até 20

TCFA e RAPP



Grupo 21

Controles com norma específica,
multitemático

Não-Anexo VIII (43 app's)

Grupo 22

Não-Anexo VIII – obras civis

8 app's ligadas à construção



OBRIGADO!

Bruno Buys

setembro/2021